



Assembleia Municipal

## ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 23 DE ABRIL DE 2007

### Acta n.º 14

Ao vigésimo terceiro dia do mês de Abril do ano de dois mil e sete, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:45 horas, na Sala de reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de nove de Abril e Aditamento de dezoito de Abril, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**PONTO PRIMEIRO:** Aprovação das actas das sessões de 20/11/2006 e 11/12/2006; -

**PONTO SEGUNDO:** Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO TERCEIRO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal do Inventário do Património respeitante ao ano de 2006, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

**PONTO QUARTO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal dos documentos de Prestação de Contas do Município de 2006, incluindo a proposta de aplicação de resultados, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

**PONTO QUINTO:** Nomeação de um Presidente de Junta de Freguesia, em representação das Juntas de Freguesia do Município, para participar no XVII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses; -----

**PONTO SEXTO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento definitivo do Conselho Municipal de Segurança, nos termos da alínea n) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO SETIMO:** Nomeação de quatro pessoas, de entre cidadãos eleitores preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo, para integrarem a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, nos termos da alínea l) do Art.17º da Lei n.º147/99, de 1 de Setembro; -----

**PONTO OITAVO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento do Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

**PONTO NONO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da isenção do pagamento das taxas de ocupação da via pública, publicidade, resíduos sólidos e águas residuais, aos comerciantes da Avenida 25 de Abril e Cais Herculano,

nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

**PONTO DECIMO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da Declaração de Interesse Municipal da Escola Básica Integrada da Guia, nos termos da alínea o) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

**PONTO DECIMO PRIMEIRO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da Declaração de Interesse Público Municipal do Centro Paroquial e Comunitário de Paderne, nos termos da alínea o) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

**PONTO DECIMO SEGUNDO:** Apreciação e deliberação, da declaração de Interesse Municipal para o equipamento de ensino - Creche e Jardim-de-infância, em Ilha da Madeira (Guia), nos termos da alínea o) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

**PONTO DECIMO TERCEIRO:** Deliberação sobre as reclamações apresentadas por Aliete Martins dos Santos em 05-04-2007 e por João Filipe dos Santos Correia Longo em 09-04-2007, ambas de conteúdo idêntico, sobre o ruído, em Areias de s. João. -----

#### ADITAMENTO -----

**PONTO DECIMO QUARTO:** Apreciação e deliberação, do Protocolo de Compromisso - Unidades de Acompanhamento e Coordenação, nos termos da alínea m) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO DECIMO QUINTO:** Apreciação e deliberação, da aquisição pelo município de Albufeira, de parcela de terreno integrada em área do Plano de Urbanização da Frente Mar e Plano de Pormenor da Praça dos Pescadores, nos termos da alínea i) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO DECIMO SEXTO:** Aprovação de moção sobre as comemorações do 25 de Abril e 1 de Maio, proposta pela bancada da CDU; -----

**PONTO DECIMO SETIMO:** Deliberação sobre a reclamação apresentada por Delgaturis Empreendimentos Turísticos Lda., sobre a concessão de exploração de comboio turístico de Albufeira; -----

**PONTO DECIMO OITAVO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 1ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2007/2010, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO DECIMO NONO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 1ª Revisão do Orçamento para o ano 2007, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

**VIGESIMO:** Aprovação de Voto de Louvor ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, Desidério Jorge da Silva, proposto pela bancada do PSD. -----

#### **PRESENCAS:** -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Vítor José Cabrita Neto, José Manuel Guerreiro Vila Nova, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, Fernando Vieira Vitória

Cabrita, José Manuel Bota Sequeira, Carlos Duarte Vieira Gabriel (22:35h), Nelson António de Melo, Miguel Alexandre Correia Mesquita, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francelina da Luz Rodrigues Lourenço, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Manuel José Guerreiro Gonçalves, Fernando Cabrita Neves, Francisco José Pereira Oliveira, Vítor José Correia Maria Vieira, Cristiano José da Ponte Cabrita, Euridice Eugénia Mendes Vieira, Maria Eugénia Xufre Baptista, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífar, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, os Presidentes das Juntas de Freguesia, de Albufeira, Helder Manuel Rodrigues Sousa, de Ferreiras, Fernando Manuel de Sousa Gregório, da Guia, José Cabrita, de Olhos d'Água, Berto José Rita Palma e de Paderne, Francisco Manuel Fernandes Guerreiro. -----

Registou-se ainda, a presença do Sr. Presidente da Câmara, dos Vereadores em regime de permanência, José Carlos Rolo (21:55h), António Gonçalves, Marlene Pisco e Carlos Quintino, e em regime de não permanência, os Vereadores Fernando Anastácio e Mário Alves. -----

**FALTAS:** Francisco João Magalhães Calhau, Ana Cristina Barreto da Assunção Patrício e Pedro Manuel Trovão Ferro. -----

**SUBSTITUIÇÕES:** Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros Francisco Calhau, Sílvia Rosa (membro suplente), Ana Patrício e Pedro Ferro, foram verificadas as legitimidades e identidades dos elementos imediatamente a seguir na ordem das respectivas listas, os membros José Manuel Guerreiro Vila Nova, Nelson António de Melo e Euridice Eugénia Mendes Vieira. -----

Havendo quórum (**vinte e seis presenças**), o Presidente da Assembleia inicia a sessão com o período destinado aos munícipes. -----

#### PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Noémia - Resido em Lisboa e tenho apartamento nas Areias de S. João e uma vez que está na vossa ordem de trabalhos o ponto relativamente ao ruído que se faz sentir na Av. Sá Carneiro, nomeadamente no espaço que vai entre o cruzamento que fica próximo do Bar Libertos até à praia da Oura. Há vários bares nessa zona que, utilizam música ao vivo ou não, o ruído é com a mesma intensidade, começa muito cedo e sobretudo vai pela noite dentro, até às 4, 5, 6 horas da manhã. Como toda a gente deve entender, moram pessoas ali, e isto é das coisas que mais tem prejudicado a saúde das pessoas que ali residem e que vêm passar férias. Relativamente aquele condomínio, o meu apartamento será o mais afectado, é um dos que está completamente atrás de dois ou três daqueles bares. As pessoas deixam os apartamentos ou vendem-nos. Eu acho que os proprietários dos apartamentos não podem estar sujeitos a uma coisa deste tipo, quando existe Lei que em princípio, suponho, que é para ser cumprida. E parte das Câmaras, exclusivamente, autorização para estarem abertos ou fechados, para terem as licenças para funcionarem desta ou daquela maneira. Eu nunca vi licença nenhuma, não acredito que tenham licenças para fazerem barulho deste tipo, que venha para a via pública e que chega às casas das pessoas. Acho que é totalmente impossível que uma Câmara possa dar licença para este tipo de funcionamento destes estabelecimentos. Portanto, não sei o que se passa, entreguei mais uma vez um

requerimento à relativamente pouco tempo. Gostava de ver, realmente, ponderado este assunto. -----

Carlos Ventura - Boa noite Sr. Presidente, Sr. Presidente da Câmara e todos os presentes. O que me leva aqui é no todo o seguimento da minha continuação. Eu sei que para alguns, entra por uma orelha e sai pela outra. Eu já intervim na outra vez e sei que agora está gravado e vou falar mais alto para ficar na gravação. O Sr. Presidente da República falou em corrupção em determinado tempo, e eu pergunto se o que se passa aqui não é idêntico, na medida em que as situações passam e as pessoas não querem fazer nada para as situações que se estão a passar. O que me leva também aqui é o seguinte: hoje é o dia mundial da leitura ou do livro, eu por acaso ia ler qualquer coisa, mas não vou ler para não ocupar o tempo das outras pessoas. A minha situação, como defini na outra vez, do lado nascente, onde o Zé Luís Amorim comprou e outras pessoas, levaram terreno. Entretanto, tive o problema da chaminé, onde tive de a retirar. Entretanto, tenho o problema do lancil, no sítio onde não existe casas há lancil e no sítio onde eu tenho casa há lancil. Também não tem importância, se fazem ou não fazem, eu vou por um bocado de cimento para proteger um bocado aquilo. Entretanto, eu pergunto outra vez, a quem por direito, eu estou pedindo a que se faça uma averiguação dos terrenos que foram vendidos porque os proprietários de origem e foi aqui citado pelo Presidente que foi o Amâncio há oito anos, eu não pedi por favor que sejam educados por o meu caso é mais estranho. O problema é o seguinte, as coisas passam-se, e a situação de Albufeira ficou degradante. O que eu quero impor como pessoa, é que realmente as situações se repassem, para que Albufeira seja uma terra como se diz, terra de turismo. Outra situação, estou aqui por uma situação que é a seguinte: eu penso que é o Sr. Fernando Neto. Eu só queria, se ele estivesse de acordo, pedi-me desculpa em presença das pessoas, de quando ele me mandou para o "menino Jesus" e para o "Sr. Carvalha Luz Comandante da fragata". Eu não posso admitir que uma pessoa que tenha tido funções pelo povo português, que possa ter uma atitude comigo porque eu defendi na altura pensando ser da Esquerda, agora nem sou da Esquerda nem da Direita, e esse senhor tentando eu defender a posição de eu poder falar, para talvez em eleições o Senhor era para a Assembleia da Câmara e o senhor não compreendeu nada, falei com do pai dele com uma intenção de educação com o Sr. Teófilo como um trabalhador que a gente sabe que foi, foi um homem respeitador e o Senhor nessa altura quase que bateu. Numa fase que o Senhor veio falar comigo, está aqui o Sr. Fernando Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, ele estava presente e pode confirmar. Se o Senhor estiver de acordo, perante as duas ou três pessoas que estiveram presentes, pedir desculpa, o problema fica encerrado e fica por aqui. Se não for, eu tenho outros métodos, não bato em ninguém mas ele queria bater-me, simplesmente vai para as rádios, para a televisão, porque não posso admitir que uma pessoa que foi eleita pelo povo trate uma outra pessoa que é do povo, da forma como ele me tratou. O curioso disto tudo, eu pensando ser de Esquerda e uma pessoa de Esquerda nunca muda de casaca, as pessoas da Direita é que foram ter comigo e que me falam e as pessoas de esquerda, uma vez fui a um determinado sítio em Paderne e em Paderne houve problemas gravíssimos, as pessoas de idade se calhar cavaram

milhares de árvores, estavam cansadas e não tinham médico para as ver e eu tentei falar com o Sr. Presidente da Junta de Paderne. Entretanto, apercebi-me que o Sr. Doutor que é nas Arcadas ao pé do Hospital, o que é que ele fez, eu telefonei para ele para marcar uma consulta, ele estava doente lá, e o Senhor estava a trabalhar lá, e entretanto eu tentei falar com o Sr. Presidente da Junta de Paderne, eu disse, é mais fácil encontrar um Papa a falar do que com uma pequena pessoa que tem uma certa autoridade. Vou terminar. Exijo outra vez que, se faça um inquérito aos terrenos, às pessoas que prejudicadas, porque eu vou vender aquilo e saíu de Albufeira. Foi o favor que vocês me fizeram. Em relação à situação do Sr. Neto, se ele me pedir desculpa o problema fica encerrado. Não vale a pena ser á parte. Ao pé do Senhor estava o Senhor Fernando e acho que o Sr. Presidente da Junta de Paderne. Façam o que tem de ser feito. -----

Luís Afonso - É apenas para dizer duas ou três coisas rápidas. Agora está previsto o aumento do contingente dos táxis e em relação aos táxis de turismo, a Lei prevê que fiquem à disposição do público, ou no local de recolha, ou que as Câmaras Municipais tenham locais próprios para poderem estacionar. Nomeadamente a Câmara Municipal de Portimão, criou local próprio para esse tipo de viaturas, a Câmara Municipal de Loulé e a de Faro também. Pergunto, se a Câmara Municipal de Albufeira também pode criar esse tipo de lugar de estacionamento para esses carros, para ficarem à disposição do público, e sendo Albufeira um concelho que tem turismo. A outra questão é relativamente a uma norma que existe no actual regime dos táxis do concelho de Albufeira que do ponto de vista ético entre camaradas na praça de táxis, está correcto e normalmente é isto que se faz o que e foi transcrito para aqui, do ponto de vista do funcionamento prático nas praças, se calhar pode ter aqui alguma coisa contra, que é no art.11 n.º2 diz *"a utilização pelos utentes dos táxis dentro de uma praça será feita segundo a ordem em que aqueles se encontram estacionados, a qual decorre da respectiva ordem de chegada"*. Como há viaturas de quatro lugares e de seis ou sete lugares, se a primeira da praça for uma de sete lugares, que é mais cara, se eu for utente, porque sou obrigado a ir na primeira? Do ponto de vista do pessoal que trabalha na praça, pois é normal que entre duas viaturas iguais, o cliente que chega vai na primeira. Esta situação pode criar algum azedume em relação ao cliente. Outra situação: se eu enquanto utente de um bar ou restaurante não sou abrigado a ir ao primeiro da rua, sendo nas praças todas as viaturas se encontram disponíveis estão à disposição do público, por exemplo se pretendo ir numa viagem tipo Lisboa, se o veículo que está à frente não tem ar condicionado e o que está em segundo lugar tem ar condicionado, eu pergunto porque é que não posso ir no segundo, se custa o mesmo preço? -----

Presidente da Câmara - Boa noite membros da Assembleia Municipal, munícipes. Sobre estas três questões gostava de deixar aqui só uma informação. Nomeadamente a reclamação da Mega Loja, obviamente que é um processo que não é a primeira reclamação que fez, é já a sequencia de outras que tem feito, e em função de esta reclamação e de outras que vieram mais ou menos na mesma altura, o que eu procurei fazer foi o seguinte: é evidente que tem havido algum excesso de ruído em várias

zonas da cidade Nascente, Poente, Centro. Exactamente nesse mesmo dia, mandei fazer uma averiguação por estes bares citados. A fiscalização deslocou-se a todos eles, nessa mesma noite, fez-me um relatório, e dos seis todos têm licença de utilização. Tendo em conta isso, eu chamei à Câmara Municipal todos os titulares destes bares e fiz-lhes ver que havia necessidade urgente que tivessem em conta aquilo que são as condições para que o seu funcionamento não interfira com terceiros, nomeadamente com residentes. Nesse mesmo dia, depois dessa reunião, ficou marcada uma reunião para dois dias depois com o Vereador, foi na quarta-feira, e foram de certo modo tomadas em consideração algumas questões que tem a ver com a redução de uma forma significativa do ruído naquela zona da Sá Carneiro. E esse compromisso, de cumprimento da legislação, não posso dizer de outra maneira, teve a ver com a, além dos seis que referenciaram também há um outro, porque era importante contactar uma empresa que vai de imediato instalar limitadores de som e vai fiscalizar semanalmente e verificar se esses limitadores de som foram ou não violados. Por outro lado, essa intervenção será acompanhada por técnicos da Câmara Municipal. Este é um sinal evidente daquilo que é a necessidade de intervenção e que é no meu entender uma forma de verificarmos que aqueles bares, com esta forma de intervenção, podem servir de exemplo para outras zonas da cidade. Também vos digo que, nos últimos meses, foram por mim, com despacho de encerramento, seis bares, com restrição de horário de funcionamento, cinco bares, com cessão de música ao vivo, dois bares e tenho mais seis com início de procedimento de encerramento. Esta, acho que é uma forma de intervir, porque é preciso aqui fazer os equilíbrios, e esses equilíbrios têm de ser feitos de acordo com a legislação em vigor. Há outros pontos que foram também questionados no mesmo pedido de informação e que obviamente serão respondidos em tempo oportuno. Mas a informação que eu queria dar, é exactamente esta, de que há uma intenção objectiva, há uma intenção de intervir de maneira a que haja aqui um equilíbrio evidente entre aquilo que são a utilização dos bares e os seus horários face ao regulamento, mas também há aqui uma questão que tem a ver com o direito de dignidade das pessoas e penso que este é um sinal evidente de que a autarquia não se esqueceu, não virou as costas e está atenta a essas questões. Este era o ponto que na sua discussão seria melhor esclarecido mas quero também transmiti-lo à Assembleia e aos munícipes que aqui estão. Em relação ao Sr. Carlos Ventura, levantou aqui duas questões, obviamente no outro dia falamos muito. Em relação aos passeios e iluminação, há neste momento um concurso para os passeios e iluminação de toda aquela estrada, portanto mais tarde ou mais cedo aquele será obviamente contemplado. Sobre as outras questões, já falamos. Quando se fala na Assembleia Municipal ou numa Câmara Municipal sobre corrupção, é importante esclarecer, afirmar e identificar. -----

Carlos Ventura - É o Sr. Presidente da República que o diz. Peço desculpa de estar a interromper. Não tenho nada contra, há pessoas aqui que até são excepcionais, como já tenho afirmado, simplesmente é o seguinte, eu quando digo corrupção, é para as pessoas que a fizeram. É tudo. Está gravado. Eu não tenho medo. Atenção, nunca disse ao Sr. Presidente! -----

Presidente da Câmara - Essas coisas, têm de ser ditas e afirmadas, mas eu fico por aí. Relativamente ao Luís Afonso sobre os táxis, este concurso e este regulamento, está sujeito às rectificações e sugestões que possam vir a aparecer. Foram dadas hoje aqui, mas também podem ser dadas à Câmara Municipal no sentido da reformulação. Outras das questões, tendo em conta o aumento do número de táxis, outras das propostas nossas é a reformulação do número de praças e as localizações diferentes em função a estes novos táxis e, portanto, vamos ter neste contexto em atenção as observações que aqui fez, que umas farão sentido e obviamente, outras serão complicadas de gerir, porque nós, quando vamos a qualquer cidade europeia, se não agarrarmos o primeiro somos empurrados, embora eu perceba essas dificuldades e essas questões. O ar condicionado, quando chegamos a uma praça de qualquer cidade europeia, não estamos a escolher a marca, a matrícula e como o modo como o taxista está vestido, mas vocês também sabem disso. É uma solução mais difícil na prática, mas entendo-a e não sei se será possível em termos de funcionamento. -----

Noémia - Eu queria deixar bem claro que eu não tenho nada contra a existência dos bares e também não disse que eles não têm licença. Licença para fazerem o barulho que fazem, é que eu acho estranho que tenham. Podem existir exactamente no sítio onde estão, desde que tenham condições para fazer as actividades que fazem, com portas e janelas fechadas, e insonorizados. Nada contra! -----

Carlos Ventura - Peço desculpa, acho que também tenho direito. Se me permitirem, posso fazer uma singela homenagem ao 25 de Abril que se aproxima. Ao Sr. João Veiga, ao Sr. Farsa, ao Sr. Julinho, ao Sr. Neves, que é o pai deste Senhor que está aqui, ao Sr. Camarão, ao Sr. Correia, ao Sr. Labisa. Quando eu era criança diziam-me que iam de férias mas eu não sabia, vim a saber mais tarde que as férias deles eram no tal sítio, detidos. Eu espero que isto nunca mais continue nessa situação. Se isto for pelo prisma que vai, isto vai longe. Para finalizar, o que se passou comigo, para as pessoas que estão aqui que não sabem foi, tiraram-me terreno de um lado, tiraram-me terreno de outro, fizeram-me o lancil de um lado, obrigaram-me a tirar a chaminé, a vistoria foi lá, foi a mulher do Sr. Armindo, eu é que sei o tratamento que tive e portanto eu sinto na pele. Vou vender aquilo e acabou, eu tenho de ter compradores. E como homem a minha palavra há de ser sempre e ninguém me há-de tira-la. Eu exijo o respeito porque eu também respeito. O Sr. Desidério, não tenho nada contra ele. Está aqui o Sr. Rolo, um homem excepcional. Eu vi com os meus olhos, pessoas da Direita quando vão resolver os problemas, só tentam resolver os problemas, infelizmente da Esquerda e eu sendo Esquerda, acabou. -----

Alexandre Freitas - Sr. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, Sra. Vereadora e Srs. Vereadores, Srs. Municípes. Eu tenho algumas questões que gostaria de fazer ao Sr. Presidente. Existem dois jornais locais, um "Noticias de Albufeira", outro "A Avezinha" eu gostaria de perguntar se eles estão contemplados com algum subsidio e qual é o valor do subsidio anual para este dois jornais. Sabendo que o Centro de Saúde de Albufeira neste momento está a receber doentes vindos de outras localidades fora do concelho, eu gostaria de saber qual é a posição do Presidente da Câmara, relativamente sabendo que é da responsabilidade do Governo Central, da Administração de Saúde,

mas gostaria de saber se tem alguma opinião formada relativamente a esta situação, visto que está a causar alguns problemas aos nossos munícipes relativamente a Albufeira. Gostaria também de saber e está aqui o Sr. Rolo que poderá responder a uma das questões que é, o Método Pitágoras, o ensino por computador, até quando está previsto para todas as escolas do concelho de Albufeira. Obrigado. -----

-----  
O Presidente da Assembleia Municipal convida o Vereador José Rolo para a Mesa, para responder ao munícipe Alexandre Freitas. -----

-----  
Presidente da Câmara - Sobre esta primeira questão, há dois jornais locais o "A Avezinha" e o "Noticias de Albufeira", e o contrato que nós temos com estes jornais é um contrato de publicidade, como temos com o "Região Sul", o Barlavento", a Rádio "Solar", a Rádio "Fóia", a Rádio "Lagoa". Portanto, são estes exactamente os contornos relativamente à comunicação social regional. Não tenho aqui os valores, obviamente, mas são contratos que são feitos dentro daquilo que são as regras normais da publicidade com a imprensa regional. Posso até fazer chegar esses valores, porque obviamente não são nada de especial, são, como disse, contratos normais, não têm nenhum privilégio em termos especiais. Sobre a saúde: enviei há cerca de quinze dias sensivelmente, uma carta ao Sr. Ministro da Saúde, pedindo com carácter de urgência uma reunião ou uma visita a Albufeira, para lhe apresentar uma situação que eu considero complicada tendo em conta aquilo que Albufeira é, em termos da dimensão não só já do concelho, mas aquilo que é em termos turísticos. E digo eu lá, nesse texto que, tendo em conta ao fecho permanente das urgências no concelho de Silves, os utentes do Algoz, de Tunes, Messines, São Marcos da Serra, ou seja, a faixa Nascente do concelho de Silves, está se a deslocar para o concelho de Albufeira. E nesse contexto, aquelas que eram as médias de consultas que rondavam as duas, três horas por paciente, passaram a seis horas por paciente. Isto tem a ver com o fluxo turístico que este ano, felizmente, há uma tendência para aumentar, tem a ver com o crescimento de Albufeira em termos de população e tem a ver com essa faixa do concelho de Silves que tem em Albufeira, digamos, o seu "Porto de Abrigo". Neste momento esta é a situação e estou à espera que o Sr. Ministro da Saúde me responda, quer em termos de uma reunião em Lisboa ou quer em termos de uma visita ao Centro de Saúde de Albufeira e, dei conhecimento disso mesmo à Directora do Centro de Saúde e ao Presidente da D.R.S. de Faro. Ou seja, é uma preocupação que é nossa e que nesse contexto, fi-lo de acordo com aquilo que me pareceu a melhor forma de o fazer. Não fui para a comunicação social, não dei alarme em nenhum jornal, nem a nenhuma rádio, mas fi-lo da forma que eu costumo fazer. Procurei ir ao local certo, procurar que o Ministro me respondesse, ainda não o fez, digamos que estes dias é tempo necessário para eu aguardar, durante esta semana se não houver nenhuma resposta volto a insistir e então, se não houver resposta concreta intervirei de uma forma talvez mais mediática. Este é o ponto da situação. Sobre o Programa Pitágoras, que hoje na Escola dos Calços tive o privilégio de assistir a uma aula, que é o futuro e a inovação, penso que o concelho de Albufeira está na primeira linha a nível nacional,



peço ao Dr. Rolo que transmita em termos menos pedagógicos, na área da educação, como ele costuma fazer e sempre bem. -----

Vice-Presidente José Rolo - Boa noite à Mesa, aos membros da Assembleia e ao público em geral. Digo ao Dr. Alexandre Freitas que isto não é um Método Pitágoras, não existe nenhum método de ensino Pitágoras. Um método seria uma forma de ensinar qualquer coisa, e não o é. É um projecto que nasceu há cerca de um ano em parceria e iniciado pela Câmara Municipal. A escolha do nome, talvez insignificante para alguns, mas não tantos para outros, até porque Pitágoras não é só conhecido pelo célebre teorema, há uma aplicação na construção civil que é a esquadria 3,4,5 que é precisamente uma aplicação do teorema de Pitágoras. Mas Pitágoras não é só importante por isso, é mais no sentido da proliferação de escolas por Pitágoras, foi um filósofo matemático, estamos a falar séc. VI A.C., numa altura em que a filosofia e a matemática andavam extremamente juntas, aliás a filosofia era o único saber que existia, e sabe-o tão bem como eu, ou melhor. Pitágoras foi realmente um matemático, um filósofo, um educador essencialmente, porque foi criando várias escolas ao longo dos países por onde passou, nomeadamente Egipto, Babilónia, Itália, Grécia onde nasceu. Foi nesse sentido que o projecto foi baptizado de Pitágoras. No que consiste o Projecto Pitágoras neste momento? Como disse, há cerca de um ano pensamos nessa ideia, convidei duas escolas do 1ºCiclo deste concelho, as duas maiores escolas em termos de população de alunos, a que os seus coordenadores, nomeadamente os Presidentes do Conselho Executivo que me acompanhassem ao Norte do país a uma empresa que desenvolvia esse tipo de hardware. Assim fomos, perto do Porto, nomeadamente concelho de Gondomar, onde existia uma empresa com capacidade de nos mostrar como é que poderia funcionar uma aula interna e verificamos isso. Depois de reuniões cá com as escolas perguntei se haveria professores nas escolas que aderissem a este método de ensino por computador. A Câmara Municipal não teve directamente a ver com a parte pedagógica do ensino, é claro, isso é com o Ministério da Educação. A Câmara Municipal proporcionou à escola ter esse tipo de equipamentos. Da escola houve a anuência e a entrada em parceria, disponibilizando os professores e que realmente ficaram entusiasmados com a ideia. Daí que se conseguiu esta sinergia entre as duas entidades, agrupamento de um lado e Câmara por outro e chegamos á conclusão que era importante e que era interessante evoluir para este tipo de equipamento. E assim surgiu no dia de hoje a inauguração do início da actividade não só na Escola dos Calijos, mas também na Escola da Corrieira, com o ensino em três turmas do 1º ano, duas nos Calijos e uma na Corrieira, com uma experiência pedagógica. Isto é um método de ensino diferente, onde o professor está no seu posto com um computador à sua frente, tem um quadro interactivo. Se quiser, convido-o a ir assistir, ainda hoje, eu e algumas pessoas que estão aqui tivemos o privilégio de assistir a uma aula espectacular, em que os alunos do 1º ano de uma motivação extraordinária, poderão dizer que será nos primeiros dias, obviamente, mas com certeza que no final deste primeiro período podemos fazer uma primeira avaliação, intercalar porque o ensinamento vai até final do ano lectivo, que poderá redundar noutro tipo de opções. Não quer dizer que a opção a seguir e a continuar, seja a proliferação daquelas salas

em todas as escolas, pode não acontecer, mas também pode acontecer, obviamente de uma forma gradual. Pode acontecer uma sala em cada escola, por exemplo, se nas avaliações feitas chegar à conclusão dos professores, porque não é a Câmara Municipal que tem de chegar a essa conclusão, que realmente foi muito útil ter este método de ensino. Se isto for assim, nós Câmara, podemos ajudar a financiar o equipamento de uma sala em cada escola. O que vai acontecer no futuro, pois não sei. Aliás, este projecto teve inicialmente sobre a mesa uma outra discussão, em vez de ser uma turma só, para as áreas todas, era apenas para o ensino da matemática onde iriam passando várias turmas, os professores é que entenderam que seria assim a melhor maneira. Não quer dizer que para o próximo ano lectivo que seja assim o processo. Nestes meses pode-se chegar a outra conclusão. A Câmara neste momento fez o que lhe competia, fornecer os equipamentos, a partir deste momento tem que manter os equipamentos mas a utilização desses equipamentos, obviamente, tem de ser da escola. Se quiser, um dia destes convidava-o, ou a qualquer um de vós, acho que é digno de ser visto. Com certeza que os professores não quererão ver lá cinquenta pessoas ao mesmo tempo, mas de uma forma consertada conseguiremos ver. Muito obrigado. -----

Presidente da Câmara - Vou acrescentar apenas uma coisa. Aquela mesa é interactiva, enquanto há um aluno que está a escrever no computador, o outro está a escrever no caderno e depois trocam. Ou seja, a aprendizagem passa pela escrita e pelo computador, não é só computador. -----

Vice-Presidente José Rolo - Para completar o que o Sr. Presidente acabou de mencionar. Havia duas hipóteses, uma mesa com dois computadores e uma mesa simples com um computador, e o que eu quis foi uma mesa dupla com um computador, fica uma parte da mesa limpa, porque os alunos também têm de saber escrever manualmente, enquanto um faz no computador, outro está a fazer no caderno. Como disse, é um projecto que está aberto a uma avaliação, pelos professores, em primeiro, pelos alunos e pais, todos podemos dar um palpite, mas não quer dizer que seja aceite, nem tudo pode ser aceite, obviamente. -----

Carlos Ventura - Mas as crianças estão motivadas? -----

Vice-Presidente José Rolo - Extremamente motivadas. -----

Não havendo mais intervenções por parte do público o Presidente da Assembleia passa a palavra aos membros da Assembleia para exporem as suas questões. -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA. -----

Fernando Neves - Na estrada que vai dar ao "Aura mar", ao início junto ao "Kiss", a parte que vai para o ribeiro foi tapada com um tapume. E ao início daquele terreno, que eu penso que tem dono, o indivíduo que é dono daquilo já vedou o todo terreno até à Elevatória do Kiss com uma rede. Tem um portão, penso que é fechado à noite, mas não se sabe o que vai lá acontecer. Não há lá nada a indicar qual o tipo de obra que lá vai ser feito. Pergunto, o que é que vai lá ser feito? Porquê aquele tapume a tapar a vista para o ribeiro de águas pluviais? Aliás não é só de águas pluviais mas também de esgotos, tudo vai parar ao Forte S. João. Isto é verdade! Os serviços camarários, não sei como é que conseguem fazer, vedam a entrada de toda a água pluvial e todos os esgotos que são apanhados naquela área, e em sequência disso tudo vai parar ao Forte

S. João. É verdade? Esta tarde passei por aquela zona e não existe nenhuma placa de licenciamento de obras, mas isto no concelho de Albufeira já é um hábito. Se percorrermos o concelho, verificamos que muitas obras não têm indicação nenhuma. Em relação ao ribeiro, que tem também a intervenção da parte do ambiente, todo aquele ribeiro está assoreado até lá a baixo ao Forte S. João, e lá em baixo há duas passagens do Sr. Fernando Barata, que já fez há muitos anos, e segundo se consta nem sequer têm o diâmetro legalmente exigido e é uma situação que pode originar ali uma situação muito grave. Porque o edifício "Barracuda", que ainda não está completamente construído, canalizou todas as águas pluviais para o ribeiro. Toda aquela água que era absorvida pelos solos enquanto aquilo era terreno foi canalizada para o ribeiro. E numa parte do ribeiro, naquela área que diz respeito ao edifício "Barracuda", foram colocados blocos de pedra ao cimo do ribeiro, nem sequer tiveram em atenção para evitar que a cota do ribeiro não diminuísse. Gostava de saber o que é que vai sair daquela obra que não tem indicação nenhuma? -----

José Cabrita - Boa noite a todos. Esta minha intervenção vem na sequência de um assunto que foi levantado aqui na última Assembleia, que iriam fechar os correios da Guia. Eu quero informar a todos os presentes que fui contactado há um mês atrás por uma Senhora de Faro ligada aos CTT, a perguntar qual era a disponibilidade que a Junta de Freguesia tinha em aceitar os serviços dos CTT para a sua exploração e eu prontamente disse logo, a Junta de Freguesia não tem a mínima hipótese de fazer tal serviço, ao qual a Sra. perguntou o porquê, eu respondi porque não tínhamos condições, nem pessoal e está fora de questão. Então perguntou-me quem poderia assegurar esse serviço na Guia. Eu disse: "Aqui é muito difícil, porque aqui na Guia, temos papelarias, temos o minimercado mas o proprietário não se vai meter nisso porque nem sequer tem espaço e um particular penso que não o vai fazer." Perguntei-lhe se estavam a pensar fechar os correios na Guia e a Sra. disse-me que não era para já, apenas estavam a fazer uma pesquisa. Até lhe disse que pensava que me tinham contactado para dizer que iriam alargar o horário de funcionamento, mas foi ao contrário. Foi-me dito que em Olhos d'Água e em Boliqueime, os CTT estão a ser explorados por particulares, em Pêra está na Junta de Freguesia e iriam muitos mais fechar os serviços. Entretanto, foi feito contacto com o proprietário da papelaria onde se regista o totoloto, o qual não aceitou à primeira, mas à segunda aceitou. Se me perguntam se é melhor ou pior, pois não sei, só o tempo o dirá. As últimas informações que tenho é que vai estar uma funcionária disponível só para o correio. Em princípio, os utentes terão um horário alargado para irem aos correios, já não vai haver aquelas filas como existiam actualmente. Os apartados vão estar 24 horas disponíveis. Eles deram um período de experiência. Os correios da Guia não podem acabar. -----

Presidente da Câmara - É apenas para dizer ao Sr. Fernando Neves que esse espaço já deveria estar lá uma placa de identificação. Está um projecto aprovado de um aparthotel de quatro estrelas para aquele espaço, obviamente que cumprindo todas as regras, o parecer da CCCR e as distancias regulamentares exigidas. O não estar lá a placa, é uma questão que amanhã mandarei verificar. Quando é feito o lançamento de um projecto aqui na Câmara, leva-se daqui uma placa a dizer que foi pedido o processo

para licenciamento, mas nem todos fazem isso, como nem todos andam com carta de condução. O facto é que quando assim o é, há dezenas de notificações e coimas a aplicar a quem não cumpre as regras. Fase à sua informação, amanhã a Fiscalização irá lá ver e em função disso será obviamente notificado. -----

Fernando Neves - Porque é que o tapume está a tapar desde a entrada até ao ribeiro? O tapume tinha razão de existir da parte onde vão fazer o edifício e deixar o ribeiro a descoberto. Agora, o tapume lá em cima desde o hotel que lá está, até ao edifício "Barracuda" que é a entrada quase do "Auramar". É um tapume de quase dois metros de altura. Se a Câmara quiser intervir no ribeiro, tem de entrar lá. É um ribeiro de águas pluviais. Atenção com essa situação. As barreiras estão a cair para dentro do ribeiro e qualquer dia. -----

Presidente da Câmara - Não estou a ver a situação. O Vereador António Gonçalves, que está aqui, amanhã vai verificar essa questão do ribeiro e os detritos, independentemente da Fiscalização verificar a outra parte correspondente à vedação. São duas situações completamente diferentes. Sobre a das pedras e da estrada que o outro Senhor fez não consigo dar resposta sobre isso. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Primeiro Secretário da Assembleia, entretanto a substituir o Presidente da Assembleia que se ausentou por breves minutos, inicia a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA, que fica ao inteiro dispor dos membros da Assembleia para futuras consultas. -----

O membro Ricardo Silva pede a palavra ao Presidente da Assembleia, já regressado à sala, para se pronunciar sobre a correspondência. -----

Ricardo Silva - Gostaria que fossem feitas todas as diligências no sentido de que o posto da GNR nos Olhos d'Água não fosse encerrado, porque faz muita falta aquela freguesia. Nesse sentido, estou de acordo com as preocupações levadas a cabo pela própria Guarda Nacional, e acho que neste caso o Sr. Presidente da Câmara deverá fazer com que isso não aconteça. -----

Presidente da Câmara - Eu subscrevi essa carta, mandei para o Sr. Ministro da Administração Interna e hoje recebi resposta do Sr. Ministro a dizer que, será tido em conta, procurará ter em conta as preocupações, quer do Sr. Presidente da Junta de Freguesia dos olhos d'Água, quer do Presidente da Câmara Municipal de Albufeira. Também vos posso informar que, no próximo domingo às 10 horas da manhã, o Sr. Ministro cá estará, irá ser feito em Albufeira a apresentação do Programa Regional Segurança Contra Incêndios. Portanto, é uma boa oportunidade para falarmos sobre isto. -----

Presidente da Assembleia - Eu vou dar também conhecimento à Assembleia de uma correspondência que ultimamente tem sido trocada e que tem a ver com a questão que têm conhecimento, que me divide com os Presidentes de Junta do concelho e que respeita fundamentalmente ao meu entendimento da Lei, que pelas suas participações nas Assembleias não lhes são devidas senhas de presença. Eles entendem que sim e há várias entidades que entendem que sim; portanto, tenho pareceres contrários ao meu entendimento. De qualquer das formas, só para dar conhecimento, fiz uma carta a 22

de Fevereiro ao Sr. Presidente do Tribunal de Contas onde solicito, contra mim próprio, a fiscalização prévia da legalidade do meu acto, da não autorização de pagamento das senhas de presença na Assembleia Municipal de Albufeira aos Senhores Presidentes de Junta em regime de permanência ou meio tempo. Peço, uma, que é fiscalização prévia do meu acto; a outra que peço, que também está na Lei, é que eles têm também o dever de emitir instruções e portanto, instruções do Tribunal de Contas seriam muito bem vindas, no sentido de observar o Presidente Municipal de Albufeira a atitude legal quanto ao pagamento de senhas de presença na Assembleia Municipal de Albufeira aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia em regime de permanência ou meio tempo e ainda lhes peço, em alternativa, uma terceira que também é consignada na Lei do Tribunal de Contas, que é ter, dentro do princípio da cooperação, a emissão de informação adequada, ao Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira, para que se evite e reprima ilegalidade, relativamente aos dinheiros públicos a que se refere o pagamento ou não, de senhas de presença na Assembleia Municipal de Albufeira aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia em regime de permanência ou meio tempo. Portanto, a carta fundamentei-a, os Senhores membros da Assembleia se quiserem que eu leia a carta, posso ler, apesar de ser uma carta longa, onde faço aqui as minhas considerações de direito. Dei conhecimento desta carta aos Senhores Presidentes de Junta. Remeti o processo inteiro, com os pareceres contrários ao meu entendimento; portanto não escondi que há pareceres contrários; não sou dono da verdade mas tenho o meu entendimento. O Tribunal de Contas responde-me, e eu acho isto engraçado, encarregando uma Senhora que subscreve, dizendo que *"Encarrega-me Sua Exa. ... de acusar a recepção da sua carta e de informar de que apesar do Tribunal de Contas não dispor de competência consultiva..."*. Ora, eu não peço a parte consultiva, eu peço a fiscalização prévia do meu acto, instruções e informação e o Tribunal de Contas, em tudo que seja despesa pública, tem essa competência, é o que está lá na Lei. Portanto, a Senhora não me responde em relação à fiscalização, responde-me em relação à parte consultiva, sendo que eu não pedi um parecer jurídico. E deu o seu reencaminhamento para o "Departamento responsável", que eu fiquei sem saber qual era. A esta missiva eu respondo, *"recebi o vosso ofício que gentilmente me informam que o Tribunal de Contas não dispõe de competência consultiva e que se procedeu ao seu reencaminhamento para o Departamento responsável pela matéria. Com todo o respeito, em primeiro lugar, o que eu pedi foi a fiscalização prévia do meu acto, o qual é susceptível de gerar despesa, caso a opção fosse o pagamento, o que é uma situação delicada porque parece ser prática em outros municípios, o pagamentos nas condições assinaladas, o que se for ilegal representa muito dinheiro publico a ser indevidamente pago. O requerente não consegue ver que outra entidade existe com a competência jurisdicional em relação à legalidade dos actos geradores de despesa, que não seja o Tribunal de Contas, pelo que, humildemente insiste por essa douta fiscalização prévia da legalidade, tal como solicitadd"*. A este ofício ainda não recebi resposta e foi a seis de Março. E como não obtive resposta, resolvi participar de mim próprio ao Senhor Procurador-Geral da República, porque tem competência de promover os interesses do Estado, a Procuradoria-Geral da República, e portanto eu entendi que, já que ninguém

participa de mim participei eu próprio do meu acto. Digo ao Senhor Procurador-Geral da República: *"Venho participar contra mim próprio, ou seja, em relação ao meu acto administrativo de não pagamento das senhas de presença aos Senhores Presidentes de Junta em regime de permanência ou de meio tempo, pelas suas presenças nas sessões da Assembleia Municipal. Em anexo tenho a honra de enviar a V. Exa. todo o processo sobre esta matéria e que consta do nosso arquivo, designadamente a correspondência com o Exmo. Tribunal de Contas. Este assunto, de aparência menor, tem a ver com questões de legalidade e muito em especial com o princípio da igualdade dos eleitos locais. ...".* Porque se eu não estou a pagar e o que é legal é pagar, eu estou a cometer uma injustiça muito grande com os Senhores Presidentes de Junta de freguesia, e acho que o princípio da igualdade deve prevalecer nestas coisas. *"...Será uma questão menor se eu não tiver razão, mas tanto quanto me dizem na generalidade dos municípios o entendimento é diferente do meu; se eu tiver razão, então já estaremos a falar de elevado montante global ilegalmente pago, atento o número de freguesias do país."* (qualquer dia penduram-me). *"...No âmbito das minhas competências não consigo alterar a minha posição, mas considero não ser dono da verdade e pronto a acatar decisão jurisdicional, seja ela favorável ou desfavorável, cuja promoção requeiro a V. Exa."* -----

Dei conhecimento desta participação ao Senhor Exmo. Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas. Neste momento tenho duas entidades e qualquer delas tem competência para jurisdicionalmente promover uma decisão sobre esta matéria. Eu lamento, os Senhores Presidentes de Junta, com certeza também lamentam, mas há aqui uma diferença de opinião. Eu tenho a minha e é uma opinião convicta, mas aceitando claramente que posso não ter razão. Mas quanto mais leio a lei menos consigo ver não ter razão. Portanto é só para vos dar conhecimento. Está aqui o processo; quem quiser consultá-lo está à disposição, como todos os processos da Assembleia Municipal. -----

Presidente da Junta Freguesia de Paderne, Francisco Guerreiro - isto já roda há sete anos, eu acho que já é tempo a mais, daí que eu decidi, como membro desta Assembleia, permanente, não participar nestas votações. Porque não vejo razão nenhuma que não nos sejam pagas as senhas de presença. Tive oportunidade de falar com quase todas as Câmaras Municipais do país e todas pagam. Se nós temos o dom da verdade, então, alguma coisa está mal neste país. Se o Senhor acha que tem razão, por si próprio, ou outro Presidente de outra Assembleia acha que tem razão por si próprio, nós temos pareceres que dizem que não tem razão, daí que não vejo motivo nenhum para não serem pagas. Por isso, tomei a decisão de não participar em nenhuma votação desta Assembleia Municipal. -----

Presidente da Assembleia - Mas a questão do, há sete anos, ou seja o tempo que for, há um acto meu, a que se repete, e há a possibilidade de quem não se conforma com o acto, de reagir. Os Senhores se queriam, de facto, que a questão não tivesse sete anos, já deviam ter reagido. Eu é que vendo agora e constatando de há um tempo a esta parte, (de facto isto para mim é uma questão menor), uma carta que chegou do Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e outras que se seguiram, e o mau

estar que existe, então, logo sugeri que os Senhores pudessem reagir contra o meu acto, designadamente para o Tribunal Administrativo. Disseram-me que não! Eu tendendo. E por isso, reagi eu próprio, contra mim próprio. Mais do que isto também não posso fazer. Não peçam para eu alterar aquilo que em consciência penso ser o correcto. Venha decisão jurisdicional a dizer que estou incorrecto, que eu a acato imediatamente e de muito bom grado. Não tenham dúvidas! -----

Presidente da Junta Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório - Gostaria que o Senhor Presidente me dissesse desde quando é que isto vem a acontecer? A data da primeira carta é datada de há muito tempo, com os dois pareceres que o Senhor tem. -

Presidente da Assembleia - É desde há sete anos. Não ponho em causa isso. -----

Presidente da Junta Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório - Em todo o país os Presidentes de Junta de Freguesia recebem senhas de presença nas Comissões e Assembleias Municipais em que participem. Não faz sentido que o tratamento dos Presidentes de Junta deste concelho seja diferente dos outros do restante país. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal já pediu algumas informações, e as informações que recebeu foi no sentido contrário ao seu. Nós não entendemos a sua posição de continuar a achar que nós não temos razão, aliás não somos nós que o dizemos, é o parecer jurídico que o Senhor tem. Não compreendemos porque é que o Senhor continua a insistir na sua posição. E o Tribunal de Contas, provavelmente não lhe vai responder! Achamos nós que está a prorrogar no tempo a situação. Por isso, o Senhor Presidente da Junta de Paderne tomou a sua posição, com todo o direito, e nós estamos a ponderar de agir de outra forma. Gostaria de ouvir a data da primeira carta. Presidente da Assembleia - 28/12/2005. -----

Presidente da Junta Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório - Mas antes do o Senhor ter recebido essa carta, já tínhamos falado várias vezes sobre o assunto. -----

Presidente da Assembleia - Espere. Os senhores estão a imputar a mim um atraso em relação a um acto que eu não vou alterar! Isto que fique bem claro. Os Senhores se não reagiram, foi porque não quiseram. Podiam ter reagido. Se há demora, se há atraso, a culpa não é minha. O meu acto está praticado e não vou alterá-lo, excepto, se houver uma decisão jurisdicional a dizer para eu o alterar e, neste caso eu altero-o imediatamente. -----

Presidente da Junta Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório - Essas cartas dizem que temos pleno direito. -----

Presidente da Assembleia - Vamos ver se nos entendemos. Eu formei uma convicção, certa ou errada, eu formei-a! Eu não ponho em causa, estar certo ou estar errado. Ninguém me peça para eu alterar a minha convicção, em função de pareceres que, salvo o devido respeito por esses pareceres, não me dizem nada. Portanto, eu mantive a minha convicção, excepto se tivessem vindo argumentos que me convencessem; mediante argumentos que me possam convencer, com certeza. Só que os pareceres, embora não estando de acordo com a minha posição, não tiveram argumentos que me fizessem mudar de opinião. Podiam ter havido; eu aceito essa possibilidade, mas não se verificou. Eu tenho uma coisa que é, a letra da Lei, e a letra da Lei para mim é fácil. Estão aqui mais juristas na sala, mas não é uma questão para ser tratada aqui, pelo

menos hoje, mas podemos trata-la em qualquer altura se o quiserem. De qualquer forma, o acto é sempre meu e eu não o altero! Diz a Lei: "*Os eleitos locais que não se encontrem em regime de permanência ou de meio tempo têm direito a uma senha de presença por cada reunião ordinário e extraordinária do respectivo órgão e das comissões em que compareçam e participem*". Eu daqui apenas leio uma regra geral que se aplica a todos os eleitos locais que não se encontrem em regime de permanência ou de meio tempo. O que significa que todos os outros, não têm direito a senhas de presença, excepto se estivesse aqui uma disposição que dissesse " excepto os Senhores Presidentes de Junta nas sessões da Assembleia Municipal" . Eu aí aceitava, mas não está cá isso escrito. E não se refere aos Presidentes de Junta, refere-se aos eleitos locais que não se encontrem em regime de meio tempo e permanência. -----

Presidente da Junta Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório - Nós estamos na Assembleia Municipal, nem a meio tempo, nem a tempo inteiro, estamos no respectivo órgão. -----

Presidente da Assembleia - Mas a Lei não distingue isso. -----

Presidente da Junta Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório - Nós estamos a tempo inteiro na Junta de Freguesia e não estamos a tempo inteiro na Assembleia Municipal. Desculpe, mas é assim que eu entendo. Os pareceres que o Senhor tem são exactamente nesse sentido. O Senhor tem parecer da ANAFRE e tem parecer da CCDR. -----

Presidente da Assembleia - O Senhor tem esse entendimento. Eu tenho o meu que diz, que a Lei não distingue quais são os eleitos locais em regime de meio tempo ou de permanência. Como a Lei diz, são todos e se são todos, não há excepções. Isto é a minha leitura, pode haver outras leituras, eu aceito a possibilidade de haver outras leituras; a minha é esta. -----

Presidente da Junta Freguesia de Paderne, Francisco Guerreiro - A minha interpretação daquilo que leio nos dois pareceres, é que temos razão. E o acto foi praticado logo no início por si, porque nós estávamos a receber e você retirou. -----

Presidente da Assembleia - Pois foi e eu mantive o acto. -----

Fernando Cabrita - Para me esclarecer um pouco. O ofício do Tribunal de Contas diz qual é o órgão competente para emitir os pareceres? -----

Presidente da Assembleia - Não diz. Diz que vai remeter, e não me refere a situação da fiscalização do acto, refere-me apenas a competência consultiva. Não foi isso que eu pedi. -----

Fernando Cabrita - Relativamente ao órgão, ao dizer que não tem competência sugere que algum tem competência, vai remeter para ele, não é? Não diz é qual. Agora uma curiosidade, quem são os juristas que subscrevem os dois pareceres existentes? Eu não quero que leia o parecer. -----

Primeiro Secretário - O parecer da CCDR é subscrito pelo jurista estagiário, Bruno Félix. O outro, da ANAFRE, a jurista Clara Correia Oliveira e o Coordenador do Pelouro de Consultadoria, Estudos e Formação, Jorge Alberto Bombas Amador. -----

Presidente da Junta Freguesia de Albufeira, Hélder Sousa - Da conversa que tivemos, a conclusão seria o Tribunal de Contas e o Procurador-Geral da Republica, darem



parecer, que não vai dar parecer nenhum. Qual é a entidade que vem a seguir? Qual é a entidade que poderia mudar a atitude do Sr. Doutor neste momento? -----

Presidente da Assembleia - São precisamente estas duas entidades que eu solicitei. ---

Presidente da Junta Freguesia de Albufeira, Hélder Sousa - Se por acaso, se a resposta do Procurador-Geral da República for a mesma que a do Tribunal de Contas, qual é a que ainda vem a seguir? -----

Presidente da Assembleia - O Procurador-Geral da República devia mandar promover uma acção administrativa contra o meu acto, para anular o meu acto. Simples. -----

Presidente da Junta Freguesia de Albufeira, Hélder Sousa - Termina o processo? ----

Presidente da Assembleia - Vamos ver se nos entendemos. O Tribunal de Contas responde-me que não tem competência consultiva, mas quem me responde é uma senhora que é adjunta. E eu estou de acordo com ela, mas jurisdicional tem! Tem que fiscalizar toda a despesa pública e eu vou insistir com o Tribunal de Contas até ao fim, vão ter que me dar uma resposta. E também não é de ânimo leve que eu mando isto para o Procurador-Geral da República. O Tribunal de Contas não se pode demitir da sua função; está na Lei a dizer. Isto é uma situação incómoda, eu quase que digo, Deus queira que eu não tenha razão, porque de acordo com a Lei, se eu tiver razão é muito incómodo porque, andou meio mundo a receber dinheiro indevidamente. Eu, mais que isto não posso fazer. A única coisa que eu poderia fazer era alterar a minha consciência e agir de uma forma diferente à minha consciência, mas isso eu não faço. --

Presidente da Junta Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal está a actuar como jurista ou como Presidente da Assembleia Municipal? -----

Presidente da Assembleia - Eu chamo-me Carlos Eduardo da Silva e Sousa, nasci em Olhão há cinquenta anos e não sou duas pessoas, sou só uma pessoa. Tenho a obrigação de fiscalizar o mais possível a legalidade dos actos, Todos, até os actos aqui da Assembleia Municipal. Portanto, tenho essa obrigação e é natural que me debruce sobre isso. Como não tenho consultor jurídico, infelizmente os nossos serviços não dispõem desse serviço, então vou lendo umas coisinhas, sujeitas a erro. -----

Presidente da Junta Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório - O Senhor fez essa interpretação e pensa que está certo. -----

Presidente da Assembleia - Neste momento eu pedi fiscalização jurisdicional. Podia ter ido mais alto. Ainda pensei em dirigir uma carta ao Sr. Presidente da Assembleia da República, mas não o fiz. Vou antes para os órgãos jurisdicionais porque quero decisões jurisdicionais. Tão simples quanto isto. -----

Fernando Cabrita - Penso que este assunto implica mais oportunidade ou menos oportunidade. Mas também acho que fez bem ter dado conhecimento à Assembleia, estou perfeitamente de acordo. E acho que fez bem em desencadear e levar até às ultimas consequências e acho que esteja bem entregue a questão, porque, ou o Tribunal de Contas, ou a Procuradoria-Geral da República, não podem ambos fugir às suas responsabilidades. Admiro a sua coragem, porque as consequências são duras. Ou se auto-pendura, como referiu, ou terá razão e isso com certeza vai causar um grande rebuliço. Os dados estão lançados. -----

Presidente da Assembleia - Vamos passar à Ordem do Dia. -----

## ORDEM DO DIA PONTO PRIMEIRO

Aprovação das actas das sessões de 20/11/2006 e 11/12/2006; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia passa às votações. -----

**VOTAÇÃO: ACTA DE 20/11/2006** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstencões: uma (01) Rui Bernardo -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, José Vila Nova, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Nelson Melo, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Euridice Vieira, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Ricardo Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e de Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: zero (00) -----

**A proposta foi aprovada por maioria** -----

**VOTAÇÃO: ACTA DE 11/12/2006** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstencões: três (03) Rui Bernardo, Nelson Melo e Euridice Vieira -----

Votos a favor: vinte e três (23) Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, José Vila Nova, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Ricardo Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e de Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: zero (00) -----

**A proposta foi aprovada por maioria** -----

## PONTO SEGUNDO

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Presidente da Câmara - Quero convidar a Assembleia Municipal para as cerimónias do 25 de Abril, quarta-feira, desde as 9:00h até às 24:00h. Quero vê-los lá todos. É um dia importante para o país. Vai ser feita a inauguração do Campo sintético da Guia, uma Praceta no Malpique, e depois à noite no Auditório um concerto a comemorar os dez

anos de Zeca Afonso. -----  
Ricardo Silva - Está referenciado uma transferência para o Bellavista Desportivo Clube, isto trata-se de clube privado com fins lucrativos, julgo eu! A que se deveu esta transferência? -----

Presidente da Câmara - É um contrato programa. Tem formação. Como é o Montechoro Clube e outros. Podem ser associações e também podem ter meninos na formação. Eles têm uma série de meninos na formação e essa formação é bem feita e daí nós entendermos que é um clube que merece. -----

Ricardo Silva - Não é uma Associação, é uma empresa! -----  
 Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia passa ao ponto seguinte. -----

### PONTO TERCEIRO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal do Inventário do Património respeitante ao ano de 2006, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----  
 Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

#### VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Fernando Neves -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, José Vila Nova, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Nelson Melo, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Euridice Vieira, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Ricardo Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e de Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: zero (00) -----

**A proposta foi aprovada por maioria** -----

### PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal dos documentos de Prestação de Contas do Município de 2006, incluindo a proposta de aplicação de resultados, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Ricardo Silva - O Partido Socialista tem uma intervenção relativamente a esta questão e vai fazê-la em declaração de voto. Albufeira, 23 de Abril de 2006. Uma boa gestão começa com uma correcta revisão orçamental. Ao apreciarmos os resultados de 2006 e ao analisarmos aquilo que tem sido a gestão do Partido Social-Democrata nestes

últimos cinco anos, verificamos os mesmos erros de orçamentação. A receita executada em 2006, deu claramente a executada em 2005, bem como a orçamentada. A receita corrente continua a crescer a um nível elevado, mais de 21% da que foi executada em 2002 e mais 3,5%, quando comparada com a de 2005. No que concerne ao ano de 2006, temos mais 14,5% face à receita orçamentada. Em face destes resultados, já é tempo de aprender e corrigir os desvios orçamentais. Tem-se verificado um crescimento continuado na receita corrente, sempre acima do orçamento. Este sistemático aumento da receita, deve-se em grande parte ao aumento da arrecadação dos impostos directos do IMT e IMI, com crescimento inicialmente previsto, de respectivamente, 82,04% e 49,56%. Os valores mencionados indicam que seria possível garantir a receita estimada com taxas mais baixas de impostos municipais, ou seja, pedir menos sacrifícios aos munícipes. Por outro lado, verifica-se uma baixa de receita de capital, de menos 76,43%, relativamente ao executado no ano de 2005. A quebra desta receita representa uma diminuição no investimento. Pelo lado das despesas, verificamos que na despesa corrente, esta é igualmente inferior ao orçamentado em menos 8,9%, a que cresce 23,5% relativamente a 2005. Na globalidade, a despesa face a 2005, diminui menos 0,28%. Contudo, este facto ficou a dever-se a elevada descida da despesa de capital, de menos 38,77%. É caso para perguntar ao executivo, será que entrou de férias? No entanto, é de salientar que a despesa com pessoal continua a crescer, com aumento em 2006, de 5,94%, ou seja, cerca de um milhão de euros. Tendo em conta os vários condicionalismos actualmente existentes, as despesas com bens e serviços crescem a um ritmo ainda mais elevado, quando comparado com 2005, que se traduz em 37,41%, ou seja, 6,773 milhões de euros. O actual executivo tem de compreender que o progresso e desenvolvimento, só se alcançam com os recursos disponíveis bem geridos. É necessário uma execução de políticas concretas, bem definidas, no sentido de proporcionar o bem-estar social. Lutamos contra uma gestão que não define um rumo e não pratica o que prometeu a nível de qualidade de vida para cada munícipe. Tenho dito. -----

Paulo Freitas - Nós, relativamente a este ponto e falando um pouco sobre os pontos que virão no final da ordem do dia, cumpre-nos salientar o aspecto extremamente positivo dos resultados do município, estamos com uma execução orçamental superior a 80%. Efectivamente, a oposição diz que este Executivo é pouco ambicioso, que deve reduzir a despesa corrente e depois crucifica o mesmo Executivo por ter reduzido a despesa corrente é uma atitude demagógica. Não podemos deixar de considerar que este executivo tem tido o cuidado de investir num núcleo fundamental para o desenvolvimento, as pessoas do concelho. Hoje tivemos o prazer de ouvir uma explanação por parte do Senhor Vice-Presidente relativamente ao Programa Pitágoras, para além da vertente histórica que nos deu, fez-nos lembrar as aulas que tivemos de filosofia. Isto não tem valor? Não têm noção em termos de orçamentação naquilo que é a formação das pessoas deste concelho e naquilo que é a formação das crianças e jovens neste concelho? Efectivamente a despesa corrente cresceu, duvido que tenha sido com a questão de capitais. Temos tido aumento de equipamentos, equipamentos estes que estão destinados às pessoas e não propriamente em termos de serviços,

escolas, creches, bibliotecas, pavilhões municipais, piscinas municipais, serviços que estão ligados a estes novos equipamentos, obviamente esta despesa tem que existir. Às vezes fazemos aqui um bocado a confusão entre o desenvolvimento e o crescimento, nós queremos um concelho em crescimento, mas nunca se pode esquecer do desenvolvimento e esse desenvolvimento faz-se na aposta das pessoas, e isso implica, obviamente, sacrifícios, um executivo pouco adormecido, mais atento a algumas questões, mais do que alguns de nós nos possamos aperceber. Tivemos aqui um pedido, da parte do Vice-Presidente, porque efectivamente alguns de nós se teriam esquecido, para comparecermos nestas ocasiões. Eu faço aqui mia culpa porque não pude estar presente na inauguração do Programa Pitágoras, nós, membros desta Assembleia, por vezes nos esquecemos destas ocasiões. Mas a verdade é que estamos com uma excelente execução orçamental e isto tem que ser dito e saudado para que o executivo continue com o trabalho que tem vindo a fazer. -----

Carlos Gabriel - É só para salientar que, num encontro com um munícipe que reside na estrada de Paderne para Boliqueime que me disse que estava muito agradecido ao Sr. Presidente da Câmara porque, efectivamente, ainda não estamos em ano de eleições e já tinha sido anunciado e se até já esteja em execução, o alargamento e recuperação da estrada de Paderne/Boliqueime até ao extremo do concelho. -----

Ricardo Silva - Só queria ter conhecimento do que é investir nas pessoas, já oiço esse argumento há algum tempo mas ainda não consegui percebê-lo. Investir nas pessoas é investir em habitação social, em espaços verdes, em Polidesportivos. Investir nas pessoas é programar e investir na cidade, é ter um plano concreto sobre o desenvolvimento de Albufeira. Eu não sei qual é o plano, não sei o que está em discussão em termos de desenvolvimento para a cidade de Albufeira, julgo que isto seja tudo em investir nas pessoas. Agora, esse argumento surge para justificar o injustificável, é natural, nós já estamos habituados a essas situações. Fica bem dizer que se investe em pessoas e esquecemos aquilo que de facto é importante. Tenho dito.

Francisco Oliveira - Relativamente à questão orçamental gostaria de falar aqui em algumas questões. É que o Deputado Paulo Freitas refere que estamos perante 75 a 80% da execução orçamental, mas esqueceu-se eventualmente de referir que na rubrica investimento a execução orçamental é muito, muito baixo. E há que ter em atenção aquilo que o Partido Socialista vem a dizer há muito tempo, é que o aumento da receita que diz respeito aos impostos provia da arrecadação desses valores, faz efectivamente com que se tenha um orçamento muito superior e depois não se aplica. Estamos a cobrar aos munícipes um valor mais elevado e depois não é executado, é transferido para o ano seguinte como verificamos nos pontos 18 e 19 que aqui temos. Ou seja, vamos agora alterar o orçamento para 2007 a nível de contribuições que andamos a cobrar aos munícipes com valor superior aquilo que era necessário. Situação essa que há dois, três anos tem vindo a ser levantada pelo partido socialista, no sentido de dizer, refere-se efectivamente a essa arrecadação tendo em consideração que não há execução no orçamento para essa verba. Portanto, há aqui efectivamente esse desequilíbrio, porque todos os anos fazemos revisão ao orçamento com transferências da conta de gerência do mesmo valor, porque não houve execução

orçamental, mas continua-se a cobrar a mesmo, quer nas taxas de saneamento, quer nas taxas de IMI, quer noutras que verificamos aumentarem não por vias de necessidade mas sim por vias de valor. -----

Presidente da Câmara - Queria defender um pouco esta situação, obviamente é a opinião do Partido Socialista, que nós respeitamos e por aí estão perfeitamente à vontade. Só queria fazer lembrar, que esta câmara é uma Câmara estabilizada em termos financeiros. É uma Câmara que está preparada para o futuro. Ou seja, em nenhuma circunstância esta Câmara, pelo menos nesta gestão actual, não pode ser falada em termos daquilo que é a normalidade, já o mesmo não acontece com outras do país, algumas bem conhecidas. Há a facturação paga em tempo útil. Há aqui uma preocupação em que a gestão seja correcta. Nós para gastarmos 0,50€ só os gastamos se eles estiverem cabimentados. Existe uma série de procedimentos que nos garantem que as verbas são gastas só em circunstâncias extremamente verificadas. Gostava de fazer o convite a quem fala em crescimento e desenvolvimento porque não têm noção daquilo que se vai fazendo por este concelho. Nós temos a preocupação de investir nos equipamentos, estão aí, nos transportes públicos, tudo aquilo que era qualificação, o espaço verde que foi agora adjudicado, a pista de skate, o sintético da Guia que fomos inaugurar, o sintético perto do campo do Imortal está quase concluído, o pavilhão desportivo que no final deste mês fica pronto, uma série de equipamentos e uma série de projectos. Alguns que são membros eleitos não conhecem, não discutem, não perguntam. Eu acho que nós só podemos ter essa informação se percebermos o que está no terreno e o que nós vemos é que há pessoas, com todo o respeito, não conhecem o que está no terreno. Eu gostava que verificassem o terreno, até vos convido a irem ao terreno para verificar o que está, até para uma questão de crítica e de correcção, não é penas para a questão de dizer que está feito. Estas são as questões, porque muitas das vezes andamos aqui e parece que o executivo foi de férias, se for contabilizar as férias que ainda tenho para gozar desde que estou aqui devo ter 120,130 dias, o Dr. Rolo deve ter 200 ou 300 dias. Portanto, nós estamos de uma preocupação permanente perante o município, com uma acção permanente. Como eu costumo dizer, não tenho negócios nenhuns sem ser a Câmara Municipal, portanto a minha preocupação é global em termos do concelho. Essa discussão de inacção, "foi de férias", tenho dificuldade em aceitar isso, com o devido respeito, porque parece-me que é importante e eu estou disponível, se a Assembleia Municipal um dia me dizer: "Desidério, gostávamos de ir ver isto, ou aquilo", vamos ver. Nós estamos a aumentar o reservatório da água da Correeira, estamos a remodelar a água do Cerro do Ouro, estamos a fazer investimento em infraestruturas enterradas nomeadamente em saneamento, em reforço em abastecimento de água, em zonas verdes, nos sintéticos, nós apoiamos os clubes e associações de uma forma muito forte e séria, aí está obviamente uma despesa que não é investimento mas conta para aquilo que é a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Nós, introduzimos os transportes públicos. Temos as piscinas a funcionar. Temos a biblioteca a funcionar. Temos o Pavilhão de Paderne a funcionar. Temos o sintético das Ferreiras. Há uma série de coisas a "mexer", temos a habitação social nas Ferreiras já em condições de avançar. Andamos a arranjar

terrenos para as escolas que vão ser construídas. Se vocês estivessem deste lado fariam melhor?! Quando tiverem, veremos. Temos opiniões diferentes, mas há aqui uma coisa que nos une e não nos separa, todos nós temos a preocupação da melhoria global do concelho, naquilo que é a melhoria para as pessoas. Na nossa forma de estar e ser, é assim que entendemos ser o melhor. Na questão das escolas, nós somos claramente, e não é de agora, vem já de há seis, sete anos, o melhor pátio educativo do país, sem dúvida nenhuma, quer em termos de equipamentos, quer em termos daquilo que os professores dão aos nossos alunos. Nós não podemos minimizar isso, temos de valorizar. Há coisas que correm mal, com certeza. E não é por acaso que Albufeira está no ranking das melhores, em termos económicos, em termos da procura de habitação, em termos daquilo que valoriza, ninguém vai comprar uma casa num destino que não tem valorização. Em termos de ocupação hoteleira está a subir. Essas são que são as condições da valorização do concelho. É verdade que há coisas que não estão bem, que poderiam estar melhor, mas o negativo pelo negativo não leva a lado nenhum e vocês estão na política há muito tempo e sabem que isso é assim. Nós também temos de ter a visão de que, há coisas bem feitas, e sendo da direita, da esquerda, do centro, de trás ou da frente, devemos em qualquer circunstâncias valorizar um pouco aquilo que se faz. O Partido Socialista, enquanto foi Governo, nos anos passados, fez muita coisa boa e muita coisa má e nós no futuro havemos de ser avaliados exactamente por isso. Fazemos muita coisa boa e com certeza não faremos todas bem. Mas enquanto formos autarcas eleitos, é assim que nós pensamos. E o que estamos a fazer, não é com o sentido de os chatear, é com o sentido de que entendemos que o que estamos a fazer está a ser bem feito. É isto que eu queria aqui vos deixar. -----

Ricardo Silva - É para dizer ao Sr. Presidente que, de facto, o PS tem tido uma atitude, quando as coisas são bem feitas, diz que estão bem feitas. Quer na Vereação, quer na Assembleia Municipal, tem tido uma atitude que não vai contra a essas situações. Mas o que diz é muito claro. Onde é que está a habitação social? Não há Espaços verdes? Não há. Qual é o programa de desenvolvimento, que é diferente de crescimento, para o concelho de Albufeira? O que é que se prevê fazer futuramente? Porque isto de andar na política é muito giro, mas convêm programar e "deixar o trabalho feito" como o PS fez no passado, e muito bem. Falou em piscinas municipais, que veio de trás, como você sabe e é melhor não dizermos mais. Mas naturalmente, aquilo que dizemos e pretendemos e saber qual é a estratégia do partido Social-Democrata à frente dos destinos de Albufeira, para o futuro de Albufeira. Ou seja, está à espera do último ano para investir, como dizia o Eng. Gabriel, vamos cair na mesma, no último ano á beira das eleições vamos mostrar serviço. Nós queremos sempre mais, e é nesse sentido que nós fazemos oposição, é para melhorar e nunca para piorar. Se não é aceite pelo Sr. Presidente a nossa forma de estar e fazer oposição, é um problema que é seu. Acho que temos tido uma atitude positiva em prol dos interesses de Albufeira, e pretendemos saber quais são os grandes desígnios de Albufeira para o futuro, porque achamos que existem muitas lacunas, como já referi há pouco, desde a habitação social, espaços verdes, estacionamento, uma politica desportiva, também em apoiar clubes, etc. É fundamental, mas não é só, o desporto

para idosos. O PS está disposto a falar e a discutir e ajudar naquilo que for necessário, sempre teve. Essa é a nossa atitude, é pro-activa, ajudar a fazer, se assim o entenderem. O discurso de "nós temos uma opinião, fazemos tudo bem.", eu já vi nesta Assembleia Municipal, dá-me a entender e às vezes até me sinto um pouco mal mas é a primeira vez que estou a referir, parece que é mau estar haver oposição e fazer oposição. Ela existe. Nós já fomos poder, vocês foram oposição. Se calhar muitas das coisas que nós dizemos, vocês já o disseram no passado. Essa é a verdade, não é?! Agora, naturalmente, estamos na oposição, estamos a fazer a nossa obrigação, porque nós fomos eleitos e temos obrigação de defender os interesses que achamos melhores para a cidade de Albufeira que é o nosso concelho, e nesse sentido temos tido as opiniões que temos tido e defendemos aquilo que achamos melhor para a nossa terra, que é aquilo que o Sr. Presidente sabe. -----

Francisco Oliveira - Sr. Presidente, eu não discordo daquilo que referiu, de facto, a obra tem sido feita. Eu acho é que não respondeu à questão que eu lhe coloquei, e a questão não é essa. Também seria pouco lógico que uma Câmara como esta, tem um orçamento já razoável, que é de facto um concelho do país que gere muita riqueza, isso sabemos nós, não fizesse alguma obra e bastante obra como tem feito. A questão que se colocou foi, efectivamente, "então, porque razão, tendo nós um orçamento como temos, o mesmo não é executado e continuamos efectivamente a não ter execução de investimento numa percentagem elevada e continuamos a arrecadar receitas todos os anos, sabendo que vão ser mais elevadas porque há mais construção e fazemos transitar esses valores de um ano para o outro." A ideia não está em que não se faça obra, mas, ou se cobra mais mas depois não de disputa, porque razão os munícipes têm imensos documentos de desaforro orçamental por parte das famílias, são efectivamente penalizados por essa situação. É essa a questão! -----

Vice-Presidente José Rolo - Primeiro, quero contestar a frase do Ricardo: "o executivo vai de férias". Férias, propriamente ditas não há. Possas dizer que, as opções são outras contrariamente aquilo que o PS tem, pois cada um, individualmente, independente do partido de que é, tem as suas opções em termos políticos ou até em termos pessoais. São opções que nós temos. Evidentemente que não estou aqui a lamuriar que não tive férias, não as tive porque não quis ou entendi que não as deveria ter. Se calhar trabalhou da forma como vocês gostariam de ver, obviamente, é lógico. Quando se fala em investimento, não podemos pensar que o investimento é só enriquecimento e obras de alcatrão, porque não é. Se o investimento não é, haver num conjunto novas actividades de enriquecimento global; se o investimento não é ter umas piscinas municipais a funcionar a 100%, a obra já passou; se o investimento não é termos uma biblioteca a funcionar da forma como está a funcionar, sempre a adquirir livros, o investimento de obra já passou. Desde que estamos no executivo, há cinco anos e tal, já fizemos três escolas novas e a ampliação de quatro e hoje abrimos a ampliação de uma outra no Cerro do Ouro e dentro de quinze, vinte dias, outra em Vale Parra e temos outra em Vale Pedras já em projecto. Se nós não abrímos escolas, com certeza que as despesas correntes não aumentam, mas se construirmos escolas aumenta obviamente o investimento de despesas de capital naquele ano. Se fizermos



mais um pavilhão desportivo, e está em programa, a utilização desse pavilhão com certeza que gerará mais correntes. Não confundam, o investimento divide-se em vários aspectos, não é apenas em investimento da estrutura física, porque ele próprio gera défice. Não estamos a construir uma escola para nos dar lucros a seguir, obviamente que não dá. Não é por acaso que no ano de 2006 aumentamos quatro salas do Jardim-de-infância, são cinquenta crianças, e essas cinquenta crianças só representam aumento em termos de refeições, de transporte e em termos de pessoal. Só isso aumenta consideravelmente a despesa corrente. Também é bom que se diga que, mantivemos os níveis de despesa com o pessoal, como vem exigido na Lei do Orçamento para 2006, ficamos muito á quem desse valor. É de salutar que se diga, não contrariámos empréstimos. A questão de se dizer de que há sempre um saldo a transitar, é óbvio, porque com certeza que há despesas que são consignadas em Dezembro ou Novembro que não é possível em termos temporais ainda pagar esse ano. Como nós não assumimos despesa nenhuma sem que esteja orçamentado, com certeza que irá redundar para o ano seguinte. Ainda há dias veio num jornal que a Câmara Municipal de Lisboa tem 46% de execução do orçamento. Ontem vi que a Câmara Municipal de Sines tem 72% a nível de despesas correntes e 73% a nível de receitas. Quem tem 84% em termos de execução de orçamento, evidentemente que tudo o resto e fazendo larga aquilo que o Sr. Presidente disse, convidar todos vocês a verificarem determinadas coisas que muitas vezes é difícil, se calhar quando estava na oposição fazia o mesmo, esquecia-me daquilo que via. Convidava-os a ir um dia verificar no local, o que está feito, acho que é importante. Admito opções diferentes. Claro que sim. -----

Cristiano Cabrita - É só para referir aqui uma situação que acho que se está a vulgarizar um pouco. Com todo o respeito que eu tenho pelo Ricardo, o Ricardo fala muito, mas por vezes acaba por ser pouco objectivo naquilo que diz. E trago aqui a esta Assembleia duas questões: a primeira é uma série de expressões que já na outra Assembleia utilizou, como "a rotunda da morte", recorde aqui, e esta nova expressão "o executivo vai de férias". Claro que todos nós temos de fazer as nossas especificações, mas penso que deveria haver aqui algum cuidado na forma como nos dirigimos e na forma como expomos as nossas situações. Outra situação que queria aqui apresentar, é a afirmação do Sr. Ricardo quando diz que não há habitação social, nem há espaços verdes. Se não há nos últimos cinco anos, é uma consequência óbvia do que se passou anteriormente, ou não será? A questão dos espaços verdes e da habitação social, não se resolve apenas em cinco anos, é uma consequência directa de uma série de situações que se verificaram nos anos anteriores. Penso que o Ricardo seja bem informado, ou então precisará obviamente de fazer um estudo mais aprofundado. -----

Carlos Gabriel - Há aqui um ponto que queria focar, o das piscinas municipais. Relembro esta Assembleia, que quando o nosso presidente as quis executar, e as trouxe a esta Assembleia o PS votou contra, porque não havia a aprovação do Tribunal de Contas. O executivo disse, vamos para a frente, se não o tivesse feito, elas não estariam construídas e a ser usadas neste momento. Qual é a função do executivo de uma Câmara? É criar as infraestruturas para que o concelho se desenvolva e funcione. Para que diz que isto está mal, digam-me por favor, qual é o concelho do país onde se

procura mais terrenos para construir hotéis. Porquê? Porque o mercado turístico sabe efectivamente que Albufeira está num bom desenvolvimento turístico. Isto para mim é claro. Ainda bem que aqui estamos, e temos que apoiar o executivo. É muito importante o passado, é muito importante que estas Assembleia Municipais fiquem registadas, e quem tiver dúvidas, nós vamos consultá-las. Obrigado. -----

Francisco Oliveira - Esta intervenção do Eng. Carlos Gabriel, se foi dado a perceber e correctamente a entender, é uma apologia a que a que não se cumpra a Lei e, portanto, faça-se aqui um oráculo à Câmara Municipal, para que efectivamente avance com obras sem as devidas legalidades, nomeadamente sem o visto do Tribunal de Contas. Foi isto que eu ouvi, e portanto ficou gravado. -----

Presidente da Câmara - É para esclarecer a situação. Não foi assim. Vamos clarificar a situação, para não haver dúvidas porque nós não fazemos nada aqui com o objectivo de contrariar a Lei, nem o Tribunal de Contas. O que ouve na altura e se bem me lembro...-

Francisco Oliveira - Peço desculpa, Sr. Presidente. Não foi isso que eu disse, o que eu disse foi que o Eng. Carlos Gabriel fez, foi um oráculo no sentido de hoje para amanhã, que se execute o orçamento, se faça tudo e mais alguma coisa em atropelo à Lei. Foi isto que eu ouvi! -----

Presidente da Câmara - Mas é importante que eu diga que, o que aqui aconteceu foi uma situação que na altura não foi para contrariar Lei nenhuma, foi num outro contexto, que foi explicado na altura e parece que não faz sentido trazê-lo agora para aqui. -----

Adriano Ferrão - Relativamente sobre este ponto, fico surpreendido com as intervenções do Sr. Membro da Assembleia Ricardo, quando pergunta, que ideia é que o executivo tem para o futuro desta cidade. Não há ninguém que possa chegar aqui com uma bola de cristal e dizer qual é o futuro desta cidade. O futuro, há uma trajectória, há um histórico, há obra feita e há um documento chamado, as Grande Opções do Plano, ao qual o Sr. Membro da Assembleia poderia fazer um estudo mais apurado e atento, e conseguir tirar dados objectivos para fundamentar aquilo que não conseguiu fundamentar na sua intervenção. Por outro lado, o histórico que é o procedimento da gestão deste executivo mostra a obra feita, e que aqui hoje já foi várias vezes referida por vários elementos, mostra que a gestão tem sido feita de uma maneira consciente, acho que não há dúvidas neste meio de que há uma verdadeira consciência sobre aquilo que tem de ser feito para beneficiar o concelho e nomeadamente, os municípios e, assim sendo esta obra que se foi acumulando e mostra precisamente essa pratica, mostra que o futuro está sustentado numa visão de futuro que está visível nas Grandes Opções do Plano e convido-o a verificar. Quanto ao Sr. Membro da Assembleia Francisco Oliveira, perguntou em tom de agressão não lhe tinha sido respondida a questão que tinha feito. Realmente eu penso pertinente aquilo que fez, mas também deve achar, com certeza, que o PSD e o seu executivo tenham as suas opções tributárias e por isso na escolha e na composição e que decidiu manter os níveis tributários que coloca aos municípios, como sua opção. Uma opção que será mais tarde avaliada e medida pelos próprios municípios. Neste momento, parece-me, que há também uma consciência no equilíbrio das finanças do concelho e que nada nesta opção

é ingénuo e por isso vai possibilitar com certeza a estabilidade no futuro do concelho. É nesse sentido que as opções são tomadas e por isso permita ao eleitorado no seu devido tempo fazer a apreciação. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

#### **VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: oito (08) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Nelson Melo, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira, Euridice Vieira, Ricardo Silva e Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água -----

Abstenções: uma (01) Fernando Neves -----

Votos a favor: quinze (15) Carlos Silva e Sousa, José Vila Nova, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Presidente da Junta de Freguesia de Guia. -----

Ausências: duas (02) Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e de Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

**A proposta foi aprovada por maioria dos presentes** -----

Presidente da Assembleia - Tenho aqui dois pedidos. A Alteração dos pontos dezoito e dezanove, da Ordem do Dia, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para o ano de 2007, passarem a ser debatidos de seguida e também a Moção sobre as exposições do 25 de Abril e 1º de Maio pela bancada da CDU. Alguém se opõe a esta alteração? -----

O Presidente da Assembleia coloca a votação a alteração à Ordem do Dia. -----

#### **VOTAÇÃO: ALTERAÇÃO À ORDEM DO DIA** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, José Vila Nova, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Nelson Melo, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Euridice Vieira, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Ricardo Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água. -----

Ausências: uma (01) Presidente da Junta de Freguesia de Paderne -----

**A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes** -----

### **PONTO DECIMO OITAVO E DECIMO NONO**

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 1ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2007/2010, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 1ª Revisão do Orçamento para o ano 2007, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta os pontos e passa a palavra aos membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia passa às votações. -----

**VOTAÇÃO: 1ª REVISÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: dez (10) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Nelson Melo, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira, Euridice Vieira, Ricardo Silva e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Fernando Neves. ---

Votos a favor: quinze (15) Carlos Silva e Sousa, José Vila Nova, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Presidente da Junta de Freguesia de Guia. -----

Ausências: uma (01) Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

**A proposta foi aprovada por maioria dos presentes** -----

**VOTAÇÃO: ORÇAMENTO** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: dez (10) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Nelson Melo, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira, Euridice Vieira, Ricardo Silva e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Fernando Neves. ---

Votos a favor: quinze (15) Carlos Silva e Sousa, José Vila Nova, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Presidente da Junta de Freguesia de Guia. -----

Ausências: uma (01) Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

**A proposta foi aprovada por maioria dos presentes** -----

## PONTO DECIMO SEXTO

Aprovação de moção sobre as comemorações do 25 de Abril e 1 de Maio, proposta pela bancada da CDU; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Fernando Neves - Apresenta Moção (doc.1). -----



Coligação Democrática Unitária

## **Portugal comemora o 33º aniversário da Revolução de Abril.**

A Revolução de Abril pôs fim ao regime fascista e restituiu as liberdades, consagrando simultaneamente um vasto conjunto de direitos como sejam, entre outros, o direito de reunião, expressão, manifestação; o direito a férias; o direito à greve e à contratação colectiva; a abertura de inúmeras profissões às mulheres; a consagração de um Serviço Nacional de Saúde e da protecção social generalizada no âmbito da Segurança Social.

Comemorar o 25 de Abril é, portanto, comemorar a conquista das mais amplas liberdades, mas também a conquista de importantes direitos sociais e económicos.

Comemorar A Revolução de Abril é também dar expressão à mais exaltante realização do Povo português ao longo da sua história.

Comemorar Abril é saudar os corajosos capitães do MFA, mas também os muitos milhares de portugueses que corajosamente, alguns mesmo pagando com a vida, durante anos, nas condições mais difíceis, não deixaram de prosseguir o sonho de um Portugal livre da opressão.

Não se pode aceitar que hoje, aliás em flagrante antagonismo com o estipulado no artigo 46º nº4. da Constituição da República Portuguesa, organizações expressem impunemente valores de natureza racista e neofascista.

Não se pode aceitar que conquistas sociais tão duramente conquistadas, como sejam as adquiridas no âmbito da Saúde, estejam a ser destruídas com o fecho de SAP's, aumento de medicamentos e taxas moderadoras.

Não se pode aceitar que direitos laborais tão sofridamente adquiridos sejam hoje paulatinamente destruídos para dar lugar a cada vez mais precariedade e incerteza, afectando fortemente as jovens gerações e a construção do seu futuro.

Assim, o● eleito da CDU propõe● que a Assembleia Municipal de Albufeira Reunida a 23 de Abril de 2007

- 1- Manifeste a sua saudação aos militares de Abril e a todos os que, durante os 48 anos de fascismo, sem pedirem nada em troca, lutaram por um Portugal liberto da opressão, da censura e da tortura.
- 2- Manifeste a sua preocupação pelo recrudescimento de actividades de natureza racista e neofascista, apelando aos poderes públicos para que cumpram e façam cumprir a Constituição da Republica Portuguesa.
- 3- Manifeste o seu desacordo com um conjunto de políticas de carácter nacional fortemente lesivas para a região, o seu desenvolvimento, a qualidade de vida dos algarvios e os direitos de quem trabalha.
- 4-Manifeste o seu apoio a todos os trabalhadores que se manifestam no dia 1º Maio dia Internacional do trabalhador.

O● eleito● da CDU na Assembleia  
Municipal de Albufeira



Presidente da Assembleia - Coloca a moção à discussão. -----

Vítor Neto - Evidentemente que todos nós saudamos o 25 de Abril, saudamos os Capitães de Abril, saudamos também o fim da Guerra Colonial, e estamos satisfeitos por há mais de trinta anos vivermos em democracia, em liberdade e com a possibilidade

de podermos eleger os nossos autarcas e utilizar os recursos de uma forma democrática. E portanto, nesse aspecto, não á duvidas que o Partido Socialista está totalmente de acordo. Não nos parece adequado que, numa moção desta natureza, que no fundo serve de convergência em unidade entre todos os que aqui estão, serem de referencias situações da política actual. Isso seria outra moção, outro ponto da ordem de trabalhos. Portanto, dificulta por o nosso lado, uma adesão, não ao 25 de Abril, mas a esta moção. -----

Presidente da Assembleia - Aqui há umas considerações e há uma proposta de deliberação. Na parte dos considerados têm essa dificuldade, mas na parte deliberativa não a têm, na própria moção em si. -----

Vítor Neto - Se quer fazer uma critica ao Governo, propõe uma moção de critica ao Governo! Mas não se mascara uma moção sobre o 25 de Abril como uma critica ao Governo. -----

Adriano Ferrão - Penso que, dentro do espírito democrático que o 25 de Abril inspira, nós estamos sempre de acordo em valorizar o 25 de Abril e as limitações saudadas, contudo não estamos dentro nem comungamos das mesmas apreciações de carácter politico que foram aqui referidas. Quero deixar também a nossa posição. -----

Presidente da Assembleia - Quer reformular a moção? -----

Fernando Neves - Respeito as posições quer do PSD, quer do PS, mas não vou reformular. Podem não estar de acordo, mas é a nossa posição. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

#### **VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstencões: vinte e três (23) Vítor Neto, José Vila Nova, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Nelson Melo, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Euridice Vieira, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Ricardo Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água. -----

Votos a favor: dois (02) Carlos Silva e Sousa e Fernando Neves. -----

Ausências: uma (01) Presidente da Junta de Freguesia de Paderne -----

**A proposta foi aprovada por maioria dos presentes** -----

Presidente da Assembleia - Com declaração de voto da minha parte. Voto apenas a parte deliberativa, a parte dos pontos, pois a parte dos considerandos, cada um faz os seus, sem qualquer reserva. -----

Paulo Freitas - A bancada do Partido Social-Democrata também apresenta declaração de voto. É de saudar os princípios basilares do 25 de Abril, consideramos que a parte deliberativa da proposta é de salutar, no entanto deixamos de fora as considerações políticas que a proposta contem, subscrevemos, tão só, um voto de louvor a esta proposta na parte deliberativa, daí a nossa abstenção. -----

### PONTO QUINTO

Nomeação de um Presidente de Junta de Freguesia, em representação das Juntas de Freguesia do Município, para participar no XVII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto. -----

Eu já tenho aqui um candidato, é o Presidente da Junta de Freguesia da Guia. Há mais candidatos? -----

Francisco Oliveira - O Partido Socialista propõe o candidato Fernando Gregório, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

Presidente da Assembleia - A votação será feita por escrutínio secreto e serão colocados os nomes dos Presidentes de Junta de quem votam, estão a ser distribuídos os boletins de voto. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Quinze (15) Votos para José Cabrita, Presidente Junta Freguesia Guia. -----

Nove (09) Votos para Fernando Gregório, Presidente Junta Freguesia Ferreiras. -----

Um (01) Voto em branco. -----

Uma (01) ausência. -----

**Nomeado o Sr. José Cabrita, Presidente da Junta de Freguesia da Guia.** -----

Devido à hora já tardia (24:15h), o Presidente suspende a sessão, que continuará no dia 27 de Abril pela mesma hora e no mesmo local, como referenciado na convocatória. ----

Antes de encerrar a reunião, foi aprovada, por unanimidade dos presentes, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Albufeira, 24 de Abril de 2007 -----

